



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GERENCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Proc: 73818976

Fl. _____

Rub.: _____

Contrato nº 017/2017
Processo nº 73818976
Pregão Nº 015/2017

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “FÁBRICA DE SOFTWARE”, QUE SE FAZEM, DE UM LADO O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – DER-ES E DE OUTRO A EMPRESA HITSS DO BRASIL SERVIÇOS TECNOLÓGICOS LTDA.

O Estado do Espírito Santo, por intermédio do **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, adiante denominada **CONTRATANTE**, órgão da Administração Indireta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **04.889.717/0001-97**, com sede na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1.501, Ilha de Santa Maria, Vitória/ES, CEP: 29.051-015, representado legalmente pela seu Diretor Geral, **ENG. ENIO BERGOLI DA COSTA**, nomeado pelo Decreto Estadual nº 1232-S, de 25/08/2016, brasileiro, divorciado, Engenheiro Agrônomo, CPF/MF nº 730.600.707-68, residente e domiciliado na Rua: Joaquim Lírio, nº. 456, Ed. Costa do Sol, apto 306, Praia do Canto, Vitória/ES, CEP: 29.050-925, e a empresa **HITSS DO BRASIL SERVIÇOS TECNOLÓGICOS LTDA.**, doravante denominada **CONTRATADA**, com sede Avenida Presidente Vargas, 1012, Pavimento 8, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP.: 20.071.000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.168.199/0001-88 neste ato representada pelo Diretor Geral Sr. **MARIO SERGIO RACHID SÁ REGO**, brasileiro, casado, Analista de Sistemas, ajustam o presente para o DER-ES, por execução indireta nos termos das Leis nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, de acordo com os termos do Processo de nº **73818976**, parte integrante deste instrumento independente de transcrição juntamente com a Proposta apresentada pela CONTRATADA datada de **05/10/2017**, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste CONTRATO, que se regerá pelas Cláusulas Seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA
1 - DO OBJETO

1.1 – Este Contrato tem por objeto a execução de Serviço de Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de “Fábrica de Software”, compreendendo **suporte técnico, manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva nos sistemas existentes** (conforme descritos no item 8.4 do TR) e desenvolvimento de novos sistemas no Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo – DER/ES.

Gustavo Svacina
CPF: 078.642.127-17
ID: 11628851-5



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GERENCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Proc: 73818976

FL: _____

Rub.: _____

DER-ES/GELIC/CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 017/2017/2

CLÁUSULA SEGUNDA

2- DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - Fica estabelecida a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário mensal, nos termos do art. 10, inciso II, "b" da Lei Nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA

3- DO PREÇO, DA REVISÃO E DO REAJUSTAMENTO

3.1 - O valor a pagar será definido pelas horas de serviço efetivamente executadas, apuradas mediante ordens de serviço, conforme detalhado na Cláusula Quinta, sendo o valor máximo global será de **R\$739.999,20 (Setecentos e trinta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais, vinte centavos)** conforme a proposta apresentada pela CONTRATADA.

3.2. Nos serviços, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pelos serviços executados (conforme discriminado no ANEXO I do edital de pregão Nº 015/2017, até o 10º (décimo) dia útil após a apresentação da nota fiscal/fatura correspondente, devidamente aceita pelo contratante, vedada antecipação, em conformidade com o estabelecido no cronograma físico financeiro.

3.2.1. Fica expressamente estabelecido que o preço proposto pela empresa inclui todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços de acordo com as condições previstas neste edital, constituindo assim sua única remuneração dos trabalhos contratados e executados.

3.3 – A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência contratual, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

3.3.1 – Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

3.3.2 – Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento.

3.3.3 – Não será concedida a revisão quando:

a) Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;

Gustavo Svacina
CPF: 077.642.127-17
ID: 11628851-5



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GERENCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Proc: 73818976

Fl. _____

Rub.: _____

DER-ES/GELIC/CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 017/2017/3

- b) O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência do contrato;
- c) Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;
- d) A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.
- e) Houver alteração do regime jurídico-tributário da Contratada, ressalvada a hipótese de superveniente determinação legal.

3.3.4 – A revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Secretaria de Estado de Controle e Transparência e Procuradoria Geral do Estado.

3.4 – O reajuste será adotado, obrigatoriamente, como forma de compensação dos efeitos das variações inflacionárias, nas hipóteses e nos termos estabelecidos nos subitens seguintes.

3.4.1 – Os encargos relacionados no quadro “Composição dos Custos com Insumos”, contido no Formulário de Composição dos Custos (Anexo IV) serão reajustados com base no INPC – IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), ou outro que vier a substituí-lo, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data limite para apresentação da proposta ou da data do último reajustamento. No entanto, caso a despesa já tenha sido incluída em Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho (ex: treinamento, vale-transporte etc.), a alteração submeter-se-á, exclusivamente, às regras indicadas no item 3.4.1, ainda que a despesa não ostente natureza remuneratória. Fica vedado o duplo reajustamento sobre uma mesma despesa (reajustamento por acordo trabalhista cominado com reajustamento pelo INPC).

3.4.2 - O reajuste será efetuado por meio de simples apostilamento, nos termos do artigo 65, parágrafo 8º, da Lei Federal nº. 8.666/93, dispensada a análise prévia pela Procuradoria Geral do Estado.

3.5 – O reajuste será efetuado por meio de simples apostilamento, nos termos do artigo 65, parágrafo 8º, da Lei Federal nº 8.666/93, dispensada a análise previa pela Procuradoria Geral do Estado.

3.6 – As revisões e reajustes a que o contratado fazer jus, mas que não forem requeridas formalmente durante a vigência deste Contrato serão consideradas renunciadas com a assinatura da prorrogação contratual com base no art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou com o encerramento do Contrato.

Gustavo Syacina
CPF: 077.642.127-17
ID: 11628851-5



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GERENCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Proc: 73818976

FL. _____

Rub.: _____

DER-ES/GELIC/CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 017/2017/4

3.7 – No caso de prorrogação deste Contrato sem expressa ressalva no respectivo Termo Aditivo do direito da Contratada ao recebimento da importância devida a título de reajuste ou revisão, em qualquer de suas hipóteses, relativa a período anterior a sua assinatura, caracterizara renúncia irretratável e esse direito.

CLÁUSULA QUARTA
4 – DO FATURAMENTO

4.1 – A Contratada deverá comprovar, no ato da entrega do segundo faturamento e assim sucessivamente até o último, o recolhimento do Tributo incidente, relativo ao faturamento do mês imediatamente anterior ao do faturamento que estiver sendo apresentado, ficando a liberação deste vinculada à apresentação do citado documento, devidamente autenticado.

4.2 – Nas guias de recolhimento do tributo deve constar o número da nota fiscal correspondente.

4.3 – Em se tratando de ISS, deverá constar na guia de recolhimento:

- a) Nome e CNPJ da empresa tomadora;
- a) Número, data e valor total das Notas Fiscais de serviços as quais se vincularem;
- b) Número do contrato.

4.4 – Em cumprimento ao disposto na Lei Estadual nº. 5.383/1997 e ao Decreto Estadual nº. 1.938-R de 16 de outubro de 2007, os pagamentos devidos pela Contratante só poderão ser efetuados após o Contratado apresentar relatório especificado a ser anexado à nota de empenho, contendo comprovantes de quitação pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, bem como declaração formal do Contratado, sob as penas da Lei, de que se encontra em regularidade quanto a essas despesas.

4.5 - As Guias mencionadas no item 4.2 terão que ser de recolhimento individualizado para o contrato advindo do objeto da presente licitação e estar acompanhado da relação dos empregados envolvidos nos trabalhos no mês de referência.

4.6 - Quanto ao INSS, na GRPS deverá constar do campo OUTRAS INFORMAÇÕES, os seguintes dados:

- Nome e CNPJ da empresa tomadora;
- Número, data e valor total das Notas Fiscais de serviços às quais se vincularem;
- Número do contrato;
- Número efetivo de empregados.

Gustavo Svacina
CPF: 077.642.127-17
ID: 11628851-5



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GERENCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Proc: 73818976

FL. _____

Rub.: _____

DER-ES/GELIC/CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 017 /2017/5

4.7 - A Contratante solicitará folha de pagamento, individualizada deste Contrato, dos empregados envolvidos nos trabalhos.

4.8 - Para efeito do recebimento da última Nota Fiscal, ou término do contrato, deverá a Contratada apresentar a Certidão Negativa dos Órgãos competentes, relativas ao INSS, FGTS, ISS, não dispensando a apresentação dos demais documentos exigidos nesta cláusula quarta.

CLAUSULA QUINTA

5- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. As medições serão realizadas ao final de cada mês, compreendendo o período entre o primeiro e o último dia do mês, exceto:

- No primeiro mês de operação plena dos serviços, no qual a medição compreenderá os serviços realizados entre a data de início da operação plena e o último dia do mesmo mês;
- No último mês de vigência do Contrato, em que se medirá o serviço prestado entre o primeiro dia deste mês e a data de encerramento do Contrato.

5.2. O faturamento e posterior pagamento será feito mensalmente, conforme especificado no subitem anterior, e após Aceite pelo Gestor e Fiscal do Contrato.

5.3. Para realizar o faturamento, a CONTRATADA deve apresentar o Relatório de Acompanhamento do Projeto.

5.4. Os serviços deverão ser faturados em Unidades de Serviços Técnicos – UST's, que terão seu valor unitário multiplicado pela quantidade aprovada, resultando no valor mensal da fatura.

5.5. Nenhuma outra forma de remuneração será devida à CONTRATADA, seja a que título for.

- a) Conforme legislação em vigor, a CONTRATADA poderá solicitar reajuste dos valores conforme índice oficial acordado entre as partes ou reequilíbrio financeiro do contrato em caso de evento não previsto pelas partes.
- b) A Contratante pagará à contratada pelo serviço efetivamente prestado no mês de referência, vedada a antecipação, na forma abaixo:

5.6. Caberá a Contratada após validação pelo CONTRATANTE do Relatório De Acompanhamento do Projeto, em até 02 (dois) dias do recebimento a CONTRATADA deverá apresentar a fatura, em no máximo 02 (dois) dias uteis.

5.7. A fatura será paga até o 5º (quinto) dia útil após a sua apresentação. Após essa data será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$V.M. = V.F \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Gustavo Svacina
CPF: 077.642.127-17
ID: 11628851-5



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GERENCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Proc: 73818976

Fl. _____

Rub. _____

DER-ES/GELIC/CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 017/2017/6

Onde:

V.M. = Valor da Multa Financeira.

V.F. = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

5.11. O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.

5.12. Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada fatura devido, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se à respectiva discriminação dos serviços efetuados, o memorial de cálculo da fatura.

5.13. Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pelo Contratante.

5.14. A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente ao estabelecido na Lei Nº 4.320/64, assim como na Lei Estadual Nº 2.583/71 (Código Financeiro) e alterações posteriores.

5.15. Na hipótese da indisponibilidade temporária do índice, a Contratada emitirá a fatura considerando o índice de reajuste utilizado no mês anterior ao de referência, ficando a diferença para emissão "a posteriori", quando da disponibilidade do índice definitivo, para acerto na fatura seguinte, sem reajustes.

CLÁUSULA SEXTA

6- DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

6.1- O prazo de vigência contratual terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato no Diário Oficial e terá duração de 12 (doze) meses.

6.2 - Durante os 90 (noventa) dias anteriores ao encerramento do Contrato, a CONTRATADA comprometer-se-á a participar do projeto de transição dos serviços contratados em conjunto com a empresa sucessora e a CONTRATANTE, caso este julgue necessário, disponibilizando todas as informações pertinentes ao serviço solicitadas pela empresa que irá sucedê-la, salvo aquelas que a CONTRATANTE julgar de propriedade exclusiva da CONTRATADA

6.3 – A prorrogação poderá ser admitida nos termos do artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93, mediante prévia justificativa e autorização da autoridade competente, devendo ser precedida, ainda, de manifestação da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

Parágrafo Único. Ocorrendo a hipótese prevista no inciso II, artigo 57, da Lei Federal nº 8666/93, a duração do contrato poderá sofrer prorrogação por sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses, desde que cumpridas as formalidades acima indicadas

Gustavo Svacina
CPF: 077.642.127-17
ID: 11628851-5



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GERENCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Proc: 73818976

Fl. _____

Rub. _____

DER-ES/GELIC/CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 017/2017/7

e demonstrado, no auto, que a medida importará em obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

CLÁUSULA SETIMA

7- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 – Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este contrato correrão a cargo da Atividade 26.122.0800.2070; Elemento de Despesa 3339039 do orçamento do órgão promotor do certame para o exercício de 2017 e 2018.

- EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017

Programa de Trabalho: 26.122.0800.2070 – Administração da Unidade

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

R\$ 61.666,60

- EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018

Programa de Trabalho: 26.122.0800.2070 – Administração da Unidade

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

R\$ 678.332,60

CLÁUSULA OITAVA

8- DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

8.1 - A Contratada garante a execução deste Contrato, na modalidade de Seguro Garantia como definidas no art. 56, § 1º da Lei Nº 8.666/93, no valor **de R\$36.999,96, (trinta e seis mil, novecentos e noventa e nove reais, noventa e seis centavos)**, equivalentes a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, **com validade de 90 (noventa) dias** após a data prevista para seu vencimento. O documento que oficializa a garantia, torna-se parte integrante do presente ajuste.

Parágrafo Primeiro. Ocorrendo alteração do preço contratual originariamente fixado, por força de revisão, reajuste, acréscimos e decréscimos quantitativos, dentre outras hipóteses previstas em lei e neste contrato, competirá à Contratada a oferta de nova garantia de execução de contrato, readequada ao preço contratual atualizado.

Parágrafo Segundo. O Contratante restituirá ou liberará a garantia prestada, no prazo **máximo de 90 (trinta) dias** após o término da execução do Contrato, de acordo com o art. 56, § 4º da Lei Nº 8.666/93.

✓



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GERENCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Proc: 73818976

FL. _____

Rub.: _____

DER-ES/GELIC/CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 017/2017/8

CLÁUSULA NONA

9- DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

9.1- Compete à Contratada:

9.1.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.

9.1.2. Assegurar a execução dos serviços objeto desta contratação com profissionais especialistas habilitados, com base em cursos e certificações oficiais, e com experiência em diagnóstico proativo de problemas em ambientes complexos, com capacidade técnica mínima para atender à complexidade especificada no procedimento.

a) Os cursos e certificações que serão exigidos dos profissionais da contratada estão listados no subitem do (Anexo I), e deverão ser comprovados pela CONTRATADA quando da execução da Ordem de Serviço que as exigirem, e conforme a complexidade da atividade, devendo ser anexada cópia da certificação na Ordem de Serviço correspondente, sempre que solicitado pelo demandante.

b) os profissionais alocados na prestação dos serviços deverão ser vinculados à CONTRATADA, por meio de CLT, Contrato de Prestação de Serviços ou Estatuto/Contrato Social. A comprovação deste item deverá ser apresentada após a assinatura do contrato.

9.1.3. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

9.1.4. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE.

9.1.5. Responsabilizar-se integralmente pelos atos de seus empregados e pelos danos causados direta e/ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, provocados por ação ou omissão da CONTRATADA, em decorrência de falhas ou imperfeições na execução dos serviços.

9.1.6. Substituir imediatamente, após solicitação, qualquer empregado incumbido da execução dos serviços, que for julgado inconveniente, ou cujo comportamento sofrer qualquer restrição por parte da CONTRATANTE, na fiscalização dos serviços, desde que devidamente comprovado.

9.1.7. É condição imperiosa que a CONTRATADA mantenha a confidencialidade, segurança e integridade dos dados que venham a ser acessados no desempenho das atividades ora contratadas, sob pena de rescisão contratual.

9.1.8. Conhecer, respeitar e fazer com que seus empregados e/ou prestadores de serviços respeitem as Normas e Regulamentos da CONTRATANTE.

9.1.9. Efetuar a transferência de conhecimento para a equipe técnica da CONTRATANTE, de todos os novos serviços implantados ou modificados, mediante documentação técnica mantida em repositório adotado pela CONTRATANTE para esse fim.

Gustavo Svacina
CPF: 077.642.127-17
ID: 11628851-5



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GERENCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Proc: 73818976

FL: _____

Rub.: _____

DER-ES/GELIC/CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 017/2017/9

9.1.10. Corrigir todos os serviços que não forem considerados satisfatórios pelo DEMANDANTE ou FISCAL TÉCNICO, mediante justificativa, sem que caiba qualquer acréscimo no custo contratado, independentemente das penalidades previstas nas Ordens de Serviços e níveis de qualidade fixados.

9.1.11. Manter sigilo, sob pena de responsabilidades civis, penais e administrativas, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

9.1.12. Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, as informações relativas ao ambiente de TIC da CONTRATANTE, tais como a política de segurança adotada, procedimentos de instalação, configuração e adaptação de produtos, ferramentas e equipamentos, mecanismos de criptografia e autenticação, entre outros.

9.1.13. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CONTRATANTE, não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade pela má execução dos serviços contratados.

9.1.14. Executar o serviço ajustado neste Edital, por intermédio exclusivo de seus empregados;

9.1.15. Efetuar o pagamento de seus empregados no prazo da Lei, independentemente do recebimento da fatura;

9.1.16. Elaborar folha de pagamento individualizada referente a este Contrato;

9.1.17. Manter seus empregados devidamente uniformizados, diferenciados dos servidores estaduais, identificados por meio de crachás contendo o nome de cada um, assim como o nome da empresa;

9.1.18. Fornecer e aplicar todo o material e equipamento necessários à execução do serviço contratado, os quais deverão ser de qualidade comprovada;

9.1.19. A Contratada deverá registrar as ocorrências havidas durante a execução do presente contrato, de tudo dando ciência à Contratante, respondendo integralmente por sua omissão;

9.1.20. Cumprir com zelo, perfeição, higiene, eficiência e pontualidade os serviços a serem contratados, em consonância com as normas e padrões aplicáveis;

9.1.21. A Contratada deverá racionar o uso de energia, mantendo acesas somente as lâmpadas dos locais onde os serviços estiverem sendo executados e, no término destes desligá-las;

9.1.22. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao patrimônio da Contratante, por pessoas integrantes de suas equipes de trabalho;

9.1.23. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação;

9.2 - Compete à Contratante:

9.2.1 – Pagar à Contratada o preço previsto, nos termos deste contrato;

9.2.2 – Definir o horário e locais em que serão executadas as tarefas ajustadas;

Gustavo Svacina
CPF: 077.642.127-17
ID: 11628851-5



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GERENCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Proc: 73818976

FL: _____

Rub.: _____

DER-ES/GELIC/CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 017/2017/10

9.2.3 – Designar servidor(es) responsável(is) pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços.

9.2.4 – Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições do presente Edital.

9.2.5 – Permitir o acesso às instalações da CONTRATANTE aos empregados da CONTRATADA para execução dos serviços.

9.2.6 – Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

9.2.7 – Verificar a regularidade das condições de habilitação da CONTRATADA.

9.2.8 – Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços executados pela CONTRATADA.

Comunicar à CONTRATADA sobre possíveis irregularidades observadas nos serviços executados, para imediata correção.

A CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer momento, a comprovação da qualificação técnica dos profissionais designados para a execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA

10 - DAS PENALIDADES

10.1 – O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

10.1.1 – Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

10.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução dos serviços;

10.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 10.2 deste contrato e na Lei Federal nº 8.666/93.

10.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

- a) Advertência;
- b) Multa compensatória por perdas e danos, no montante de 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

Gustavo S. S. S. S.
CPF: 077.642.127-17
ID: 11628851-5



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GERENCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Proc: 73818976

FL. _____

Rub.: _____

DER-ES/GELIC/CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 017/2017/11

- d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".

§ 1º As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" e "e" deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea "b").

§ 2º Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas "c", "d" e "e", a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

§ 3º Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

§ 4º. Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea "d", deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

10.3 – As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

- a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;
- b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado

Gustavo Svacina
CPF: 077.642.127-17
ID: 11628851-5



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GERENCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Proc.: 73818976

FL. _____

Rub.: _____

DER-ES/GELIC/CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 017/2017/12

reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

- c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110 da Lei Federal nº 8666/93;
- d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;
- e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº 8.666/93;
- f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Jurídica do DER-ES.

10.4 – Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato.

10.5 – Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada.

10.6 – Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

10.7 – Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei Federal N.º 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
11 - DA RESCISÃO

11.1 - A rescisão do Contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

3

Gustavo Svacina
CPF: 077.642.127-17
ID: 11628851-5



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GERENCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Proc: 73818976

FL. _____

Rub.: _____

DER-ES/GELIC/CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 017/2017/13

CLÁUSULAS DÉCIMA SEGUNDA
12 - DOS ADITAMENTOS

12.1 - O presente contrato poderá ser aditado, estritamente, nos termos previstos na Lei 8.666/93, após manifestação formal da Procuradoria Jurídica do DER-ES.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
13 - DOS RECURSOS

13.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração somente serão acolhidos nos termos do art. 109, da Lei Nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
14- O ACOMPANHAMENTO, DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

14.1 - O Diretor de Administração do DER-ES designará formalmente o servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, competindo-lhe atestar a realização do serviço contratado, observando as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

14.2 – O recebimento do serviço ocorrerá da seguinte forma:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, conforme definido no Termo de Referência no item 23.2 – Descrição das Atividades do fluxo de desenvolvimento mediante documento 08 – confirmação de conclusão de fase.
- b) definitivamente, pelo Gestor do Contrato, conforme definido no item 23.2 – Descrição das Atividades, mediante documento 09 – Termo de Encerramento do Projeto.

14.3 - O Contratante poderá, por intermédio dos auditores da Secretaria de Controle e Transparência (SECONT), realizar auditoria na sede da empresa a fim de analisar qualquer fato ou documento relacionado ao objeto deste Contrato.

14.3.1 – A auditoria *in loco* será realizada a critério da Contratante, após o devido ajuste de dia e hora, ficando desde já autorizada.

14.3.2 - Caso a empresa não permita a realização de qualquer auditoria *in loco* serão aplicadas as sanções previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
15 - DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

15.1 - Representará a Contratada na execução do ajuste, como preposto, O Senhor Gustavo Alberto Neves Svacina, Brasileiro, Casado.

Gustavo Svacina
CPE: 077.642.127-17
ID: 11628851-5



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GERENCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Proc: 73818976

Fl. _____

Rub.: _____

DER-ES/GELIC/CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 017/2017/14

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - DO FORO

Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

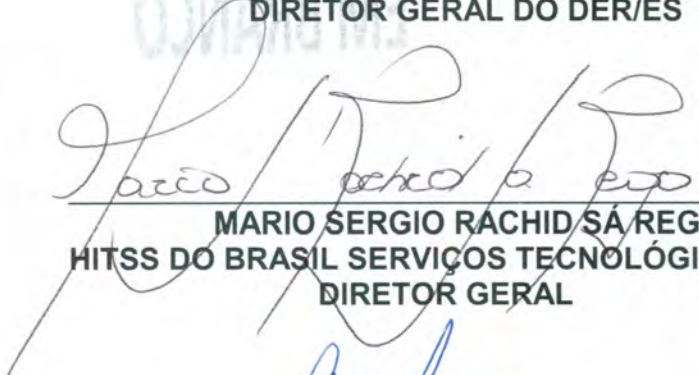
Vitoria/ES, *23 de novembro de 2017*

CONTRATANTE:




ENIO BERGOLI DA COSTA
DIRETOR GERAL DO DER/ES

CONTRATADO:



MARIO SERGIO RACHID SÁ REGO
HITSS DO BRASIL SERVIÇOS TECNOLÓGICOS LTDA.
DIRETOR GERAL

TESTEMUNHAS:



NOME: Gustavo Svachina
CPF: 077.642.127-17
CPF: ID: 11628851-5

NOME:
CPF: